

**PROCESSO** - A.I. Nº 09284842/03  
**RECORRENTE** - RR - SURPRESA COMERCIAL LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF n.º 0138-03/03  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/METRO  
**INTERNET** - 23.07.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0392-11/03

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Redução da multa. Mantida a aplicação da multa prevista na legislação. Vencido o voto da relatora quanto à redução da multa. Decisão não unânime. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de um Recurso Voluntário interposto após a Decisão que julgou Procedente o Auto de Infração lavrado por falta de emissão de documentos fiscais em operações de vendas, constatada através do Termo de Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$ 690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, acrescentado pela Lei nº 8534/02.

O Auto de Infração foi julgado Procedente, tendo o relator da 3ª JJF apresentado os seguintes fundamentos:

*“Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.*

*De acordo com os documentos anexados pela autuante, ficou evidente que não assiste razão ao autuado, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 03, com a assinatura do preposto do autuado, constatou diferença positiva no valor de R\$ 151,20, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que a diferença entre o valor encontrado no caixa e o registrado nos documentos fiscais, corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.*

*O autuado não comprova nos autos sua alegação de que a diferença positiva encontrada no Caixa foi decorrente de recebimentos de cheques e notas promissórias vencidas. Pelo que dispõe o art. 141, do RPAF/99, se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.*

*Vale ainda ressaltar, que foi emitida a nota fiscal nºs 0079 (fl. 05), sob ação fiscal, com o valor da diferença apurada na auditoria de caixa.*

*Do exposto, e ainda com base nos artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, que determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.*

Inconformado o autuado apresenta Recurso Voluntário onde discorda do julgamento uma vez que os valores de R\$151,20 e R\$ 112,76 consignados como diferença positiva nas auditorias de caixa efetuadas nos dias 20 e 23/01/03, foram originados de vendas a crédito, em datas anteriores e que o cupom fiscal é emitido no ato da venda, não sendo necessário emitir outro cupom fiscal no ato em que o cliente efetua o pagamento no caixa.

Afirma que as Notas Fiscais série D-1 anexas à defesa espelham a verdade de nunca ter lesado o fisco e solicita a transformação da multa de R\$690,00 em uma advertência, pois já regularizou os recebimentos de valores precedentes de vendas a prazo, sendo recebidos pelo proprietário e não mais no caixa, como fazia antes.

Chama atenção para o fato de estar passando por grave situação financeira e não ter condições de arcar com a multa prevista.

Em Parecer, a PGE/PROFIS opina pelo não provimento do Recurso Voluntário, tendo em vista que o recorrente não traz argumentos jurídicos capazes de provocar a revisão do julgado, uma vez que a infração encontra-se claramente tipificada e comprovada através do Termo de Auditoria de Caixa.

Observa, ainda, que cabe à Câmara de Julgamento Fiscal decidir se cabe a redução da multa aplicada, caso entenda que o contribuinte não tenha agido de má-fé e o fato não tenha importado em falta de pagamento do imposto.

#### **VOTO VENCIDO EM RELAÇÃO À REDUÇÃO DA MULTA**

Neste Recurso Voluntário o autuado não traz nenhum argumento ou mesmo uma prova capaz de alterar a Decisão recorrida, como bem colocado no Parecer PGE/PROFIS.

O Termo de Auditoria de Caixa, lavrado pelo autuante e juntado à fl.3, comprova que o autuado efetuou vendas a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 20/01/03, no valor de R\$151,20, uma vez que o Termo foi assinado pelo preposto do autuado.

Deve ser ressaltado que o Auto de Infração reclama apenas a multa fixa prevista no artigo 42, inciso XIV – A, alínea “a” da Lei nº 7.014/96, acrescentado pela Lei nº 8.534/02.

O recorrente requer a transformação da multa de R\$690,00 em uma advertência, o que não é possível, haja vista tal hipótese não ser legalmente prevista.

Ocorre que, embora a multa aplicada seja específica para tal infração, não houve prejuízo ao Erário, uma vez que não decorreu em falta de pagamento de imposto.

O art.158 do RPAF/99 prevê que: *“As multas por descumprimento de obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelas Juntas de Julgamento Fiscal ou pelas Câmaras do CONSEF, desde que fique provado que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação e que não tenham implicado falta de recolhimento de tributo.”*

A presente situação encaixa-se perfeitamente na hipótese prevista no dispositivo acima citado. Foi aplicada uma multa por descumprimento de obrigação acessória, uma vez que o contribuinte deixou de emitir o documento fiscal, inexistiu a falta de recolhimento do tributo, o que ficou demonstrado inclusive pelo fato de ter sido emitida a Nota Fiscal nº 0079 (fl. 05), com o valor da

diferença apurada na auditoria de caixa, e não vislumbro também a hipótese de dolo, fraude ou simulação por parte do contribuinte.

Pelo exposto, voto pelo **NEGO PROVIMENTO** do Recurso Voluntário devendo ser reduzida a multa aplicada para R\$ 345,00 com base no art.158 do RPAF/99.

#### **VOTO VENCEDOR EM RELAÇÃO À REDUÇÃO DA MULTA**

Verifico que a relatora Não dá Provimento ao Recurso Voluntário, mas utilizando prerrogativa prevista no § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96 e no art. 158 do RPAF/99, vota pela redução da multa.

Com a devida *venia* divirjo do seu entendimento, tendo em vista que multa específica que se aplica aos contribuintes que forem flagrados realizando operações de venda sem a emissão da documentação correspondente, tem o cunho educativo, e não se questiona se houve dolo ou má-fé.

Entendo que poderia ter importado em falta de pagamento de imposto, se a operação de venda sem a emissão de nota fiscal não tivesse sido constatada pela fiscalização ao realizar a auditoria de caixa.

Deste modo, mantenho a autuação e o julgamento recorrido.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09284842/03**, lavrado contra **RR – SURPRESA COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, acrescentado pela Lei nº 8.534/02.

VOTO VENCIDO QUANTO À REDUÇÃO DE MULTA: Conselheira Verbena Matos Araújo.

VOTO VENCEDOR QUANTO À REDUÇÃO DE MULTA: Conselheiros (as): Antonio Ferreira de Freitas, Nelson Teixeira Brandão, Max Rodrigues Muniz, Ivone de Oliveira Martins e Ciro Roberto Seifert.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de julho de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

VERBENA MATOS DE ARAÚJO – RELATORA/VOTO VENCIDO QUANTO À REDUÇÃO DE MULTA

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS – VOTO VENCEDOR QUANTO À REDUÇÃO DE MULTA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR.DA PGE/PROFIS